

País não pede liberação de empréstimo ao FMI

CARLOS FRANCO 27 JUN 1992

Tatiana Constant/AE

RIO — O presidente do Banco Central, Francisco Gros, afirmou ontem que o Brasil ainda não pediu a liberação das parcelas do empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI) relativas aos dois primeiros trimestres deste ano, no valor total de US\$ 450 milhões. O País só precisará desse dinheiro, segundo Gros, quando adquirir Bônus do Tesouro dos Estados Unidos como parte das garantias aos credores privados. O presidente do Banco Central revelou ainda que a equipe econômica ainda não se reuniu com o FMI para discutir o cumprimento das metas traçadas.

O presidente do BC admitiu, contudo, que o País cumpriu até agora três das cinco metas traçadas no acordo com o FMI. Se decidisse pedir a liberação, o Brasil teria de solicitar um *waiver* (adiamento), embora, assegure Gros, o Fundo esteja sendo compreensivo em relação ao programa econômico e às dificuldades enfrentadas com o processo de estabilização.

Credores privados — O presidente do BC afirmou que há três obstáculos hoje para o fechamento das negociações com os credores privados. Uma delas é o pagamento dos juros, pois o Brasil se propõe a pagar 30% este ano, mas os bancos querem 50%. Além disso, os bancos privados desejam também a conversão dos títulos resultantes do acordo de 1988 (PFAs) em investimentos no setor privado, medida que o governo rejeita porque provocaria aumento da base monetária.

O governo só aceitaria se os títulos fossem usados no pro-



Francisco Gros

Obstáculos no acerto com os bancos privados

grama de privatização. Outro obstáculo está nas divergências quanto aos prazos e valores das parcelas das garantias iniciais, no valor de US\$ 3,2 bilhões.

Apesar das dificuldades, Gros acredita que o acordo poderá ser fechado "em dias ou semanas". Revelou ainda que na próxima semana deve chegar ao País uma delegação francesa para negociação bilateral da dívida externa. Na sua opinião, os acordos bilaterais, no âmbito do Clube de Paris, estão em estágio avançado.

Ele defendeu o pagamento dos juros e as negociações e disse que "em seis anos de calôte, todos saíram perdendo". Na opinião de Gros, "é preciso ter credibilidade no mercado internacional para incentivar o desenvolvimento nos setores público e privado".